



PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AREIA BRANCA

CARTA DE CITACÃO

Ilmo(a). Sr(a).

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Rua Senador Dantas - 5º andar, 74
Rio de Janeiro-RJ
CEP 20031-201

Processo n.º 0102023-90.2013.8.20.0113

Ação: Procedimento Ordinário - Seguro DPVAT

Autor: Cleilton Evangelista de Oliveira(menor) e outros

Réu: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Documento nº: 0102023-90.2013.8.20.0113-001

Prezado(a) Senhor(a),

A presente carta, extraída dos autos em epígrafe, na conformidade do(a) despacho/decisão e da petição inicial, cujas cópias seguem anexas, como parte integrante desta, tem por finalidade a **CITACÃO** de Vossa Senhoria, para oferecer, querendo, **CONTESTAÇÃO**, através de advogado legalmente constituído, no prazo de **15 (quinze) dias**, contados a partir da data da juntada do "AR" aos autos do processo.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a presente ação, presumir-se-ão aceitos pelo requerido, como verdadeiros, os fatos alegados pelo requerente.

Areia Branca/RN, 12 de março de 2014.

Danuzia Regina da Costa Neres Alves
Diretora de Secretaria
De ordem da MM. Juíza de Direito desta Comarca

DIGITALIZAÇÃO

24 MAR 2014

IMPRESSORA 1

Ana Cristina da Silva
Fernando Reginaldo Noronha
Advogados

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ
(A) DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE
AREIA BRANCA - RN**

RECEBIDO EM 22.00.13
As 11:30 de 03 de 188
Pg. 2 095.855

CLEILTON EVANGELISTA DE OLIVEIRA, brasileiro, menor, nascido em 09/09/1997, **CLEITON EVANGELISTA DE OLIVEIRA**, brasileiro, menor, nascido em 25/03/2002 e **CLEDINARIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA**, brasileira, menor, nascida em 10/10/2004, **TODOS** representados por sua genitora **CLEIDE EVANGELISTA FREIRE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG nº 002.559.223 SSP/RN e inscrita no CPF nº 007.848.024-83, residente e domiciliada na Rua Expedicionário José Rocha, nº 266, Centro, Grossos - RN, CEP 59.675-000. Por intermédio de seus procuradores, com instrumento de mandato em anexo, vem à presença de Vossa Excelência, com suporte na Lei nº 6.194/74 e demais dispositivos legais aplicáveis, interpor a presente,

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO
OBRIGATÓRIO
DPVAT**

pelo rito sumário previsto no art. 275 do CPC, em desfavor de
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS SO SEGURO DPVAT



*Ana Cristina da Silva
Fernando Reginaldo Noronha
Advogados*

S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.428.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

I - PRELIMINARMENTE

1. DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, impede mencionar que a reclamante não possui condições econômicas e/ou financeiras de arcar com as custas processuais e demais despesas aplicáveis à espécie, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, o que afirma sob palavra, estando, portanto, amparado pelos arts. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, art. 2º, parágrafo único combinado com o art. 3º, inciso III, ambos da Lei nº 1.060/50, e Lei nº 7.115/83.

II - DOS FATOS

A Autora é esposa de **FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA**, certidão de casamento em anexo, que foi vítima de acidente de trânsito em 01/06/2013, na Estrada da Raiz, próximo ao bar do Mato Grossos - RN, envolvendo o veículo tipo Corsa Wind, de



Ana Cristina da Silva
Fernando Reginaldo Noronha
Advogados

placa MXW 7663, CHASSI nº 9bgsc08wssc644873, RENAVAM nº 176681116, ano de fabricação e modelo 1995, de cor verde, levando alguns passageiros, que não sofreram nada, em consequência do acidente, **FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA, que era o motorista**, não resistiu aos ferimentos, vindo à óbito, conforme Certidão em anexo, onde aponta que o evento morte fora causado por luxação intercerebral cervical.

Excelência, segundo o dispositivo contido no art. 5º, da Lei 6.194/74, a doutrina e a jurisprudência majoritária, para o recebimento da indenização do seguro obrigatório basta simples prova do acidente e do dano decorrente, devendo, então, a Seguradora participante do Consórcio, efetivar o pagamento do seguro devido a Autor, uma vez já preenchidos os requisitos legais.

Sendo assim, conforme prevê a Lei nº 6.194/74, a qual regula o pagamento dessas indenizações, o valor a ser pago no caso de morte é o equivalente a **R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais)**.

Os Autores são aqui representados pela sua genitora **CLEIDE EVANGELISTA FREIRE**, que além destes 3 filhos, teve mais uma filha com o falecido que já é maior de idade, **CLEDINA EVANGELISTA DE OLIVEIRA SOUZA**, da qual faço anexo os documentos.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr. **FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA**, culminado com o óbito,



Ana Cristina da Silva
Fernando Reginaldo Noronha
Advogados

a Requerente esposa do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito e de seus filhos herdeiros.

IV - DO DIREITO

Os Autores tem sua pretensão respaldada na Lei n° 6.194/74 que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório. Assevera o art. 3º, inciso II:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

II - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte.

Assim, resta claro que os requerentes devem serem indenizados pelo seguro, como medida de direito, visto é cônjuge sobrevivente da vítima, como reza o art. 4º.

Art. 4º - A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento



Ana Cristina da Silva
Fernando Reginaldo Noronha
Advogados

será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Ademais, a indenização deve ser pago mediante simples PROVA DO ACIDENTE e do DANO DECORRENTE, conforme elencado no art. 5º, § 1º e alínea b, da referida Lei:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente. Desse



Ana Cristina da Silva
Fernando Reginaldo Noronha
Advogados

modo, recorreremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

V - DO REQUERIMENTO

Diante do exposto, **REQUER** de Vossa Excelência:

- a) Que seja concedida Julgada **TOTAMENTE PROCEDÊNCIA** da presente demanda;
- b) Que haja a citação da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS SO SEGURO DPVAT S/A**, no endereço do preâmbulo, para, querendo, comparecer à audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento a ser designada por Vossa Excelência, bem como contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão de todos os fatos que lhe foram imputados, na forma da lei;
- c) Que seja condenada a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS - SEGURO DPVAT S/A** ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver, bem como aos honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, no caso de a requerida recorrer da decisão de 1º Grau;



Ana Cristina da Silva
Fernando Reginaldo Noronha
Advogados


d) Que seja concedida os benefício da assistência judiciária gratuita.


Provar-se-á o alegado por todos os meios admitidos em direito, além da prova documental já produzida em anexo;

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais).

Termos que espera deferimento.

Mossoró-RN, 14 de Novembro de 2013.


ANA CRISTINA DA SILVA
OAB/RN 755-A.


FERNANDO REGINALDO NORONHA
OAB/RN nº 7217

ANA ALBATIZA TAVARES ALMEIDA
Estagiária



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE GROSSOS-DP/GROSSOS

BOLETIM DE OCORRÊNCIA 125/2013.

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRÂNSITO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Na estrada da Raiz, próximo ao bar do Mato, de Grossos-RN.

DATA E HORÁRIO DO FATO: 01/06/2013, POR VOLTA DAS 9:40.

COMUNICANTE: ANA KELLE RODRIGUES, RG 1924363 SSP/RN, brasileira, união estável doméstica, natural de Mossoró-RN, nascido aos 04/06/1979, filho de Antônio Rodrigues, residente domiciliado Na Rua Terezinha Pereira, 111, bairro Centro em Grossos-RN.

VITIMA: FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, união estável, natural de Mossoró filho de Francisco de Oliveira Ferreira e de Francisca Maria de Oliveira, residente a Rua Terezinha Pereira, 111, bairro Centro em Grossos-RN.

ACUSADO: prejudicado.

RESUMO DA OCORRÊNCIA: A comunicante informa que na data, horas e local acima mencionado, seu companheiro (vitima), transitava pela estrada da Raiz em seu veículo tipo corsa Wind, de placas MXW 7663, chassi de nº 9BGSC08WSSC644873, renavam de nº 176681116, ano de fabricação e modelo 95, de cor verde, levando como passageiros as pessoas de Carlos Henrique Azevedo da Silva e Junior, quando perdeu o controle do veículo que veio a capotar, vindo Canindé a falecer no local, enquanto os ocupantes nada sofreram em consequência de acidente; Que Canindé não bebeu, porém, segundo as testemunhas estava em alta velocidade por ocasião do fato que ele não possuía CNH, para dirigir veículo automotor, embora dirija há pelo menos dez anos.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Foi registrado o Boletim de Ocorrência e entregue uma via ao comunicante.

OBS - O comunicante se responsabiliza pelas informações contidas neste boletim de ocorrência

Grossos 11 de junho de 2013

ANA KELLE RODRIGUES
COMUNICANTE

APC SIDNEY ALMEIDA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE CASAMENTO
NOMES:
FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA
CLEIDE EVANGELISTA FREIRE

MATRICULA:
0944900155 1993 2 00004 184 0000782 22

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIROS, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONJUGES

FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA, nascido aos 27/03/1973, em MOSSORÓ - RN, BRASILEIRO filho de FRANCISCO DE OLIVEIRA FERREIRA e FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA. Profissão: OPERARIO

CLEIDE EVANGELISTA FREIRE, nascida aos 28/12/1972, em MOSSORÓ - RN, BRASILEIRA filha de RAIMUNDO EVANGELISTA FREIRE e FRANCISCA PEREIRA FREIRE. Profissão: DO LAR

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

vinte e três de janeiro de mil novecentos e noventa e três

DIA MÊS ANO

23/01/1993

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

CLEIDE EVANGELISTA FREIRE OLIVEIRA

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Ato Registrado no livro B-4, às folhas 184, sob o n.º de ordem 782. O referido é verdade. Dou fé.

CARTÓRIO ÚNICO DE TIBAU
Oficial: Vera Lúcia de Souza
Escrevente: Flávia Natália Bento da Silva
Rua do Avoador, 28
Centro
Tibau - RN
(84) 3326-2673

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Tibau - RN, 02 de junho de 2013

Flávia Natália Bento da Silva
Escrevente Substituta
CPF: 069.759.214-66

Flávia Natália Bento da Silva
Escrevente Substituta
CPF: 069.759.214-66

08.383.614/0001-01

TERMO ÚNICO DE GROSSOS

Av. Coronel Solon, S/N

Centro

CEP: 59675-000

Grossos - RN



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

MATRÍCULA:

0948700155 2013 4 00013 182 0000900 51

SEXO

masculino

COR

Branca

ESTADO CIVIL E IDADE

casado, com 40 anos de idade

NATURALIDADE

MOSSORO - RN

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

1.708.231 - RN

ELEITOR

era eleitor

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

FRANCISCO DE OLIVEIRA FERREIRA e FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA NA RUA TEREZINHA PEREIRA
Grossos - RN

DATA E HORA DE FALECIMENTO

primeiro de junho de dois mil e treze às 08:40 horas

DIA MÊS ANO

01/06/2013

LOCAL DE FALECIMENTO

Grossos em Grossos - RN

CAUSA DA MORTE

LUXAÇÃO INTERVERBRAL CERVICAL

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE
CONHECIDO)

Cemitério São Sebastião, nesta cidade de Grossos - RN

DECLARANTE

Ana Kelle Rodrigues

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

ISAC AXEL DE MEDEIROS NOGUEIRA CRM:3988

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Ato registrado no Livro C-13, Fis. 182 e Termo 800.
casado com CLEIDE EVANGELISTA FREIRE DE OLIVEIRA. Declarou que não deixou bens a
inventariar. Deixou filhos: 5 Filhos.GROSSOS ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS
Oficial: Geruza Pinheiro de Araújo Maciel
Av. Cel. Solon, 241 Centro
Grossos - RN
(84)3327-2115O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Grossos, 01 de junho de 2013
CPF 271.502.504-08
ESCREVENTE:



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE AREIA BRANCA – RIO GRANDE DO NORTE.**

Processo Nº 0102023-90.2013.8.20.0113

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

S/A., já devidamente qualificada, por seus procuradores ao final assinados, com endereço profissional à Rua da Hora, 692, Espinheiro, Recife-PE, CEP 52020-010, local onde recebem intimações, nos autos da ação proposta por **CLEILTON EVANGELISTA DE OLIVEIRA** e **CLEIDENARIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA**, neste ato representados pela sua genitora a Sra. **CLEIDE EVANGELISTA FREIRE DE OLIVEIRA**, vem perante V. Exa apresentar **CONTESTAÇÃO**, o que faz consoante as razões a seguir expostas para ao final requerer:

1. REQUERIMENTO INICIAL

Muito embora a parte demandada tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação nos referentes autos seja

Escritório Recife

Rua da Hora, 692, Espinheiro
CEP: 52.020-010 | Recife - PE
Tel.: 81 2101.5757
Fax: 81 2101.5751
queirozcavalcanti@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Salvador

Av. Tancredo Neves, 1283, salas 702/703,
Edif. Omega Empresarial Caminho das Árvores
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351
queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório João Pessoa

Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro
CEP: 58.013-520
João Pessoa - PB
Tel./Fax: 83 3021.3483 | 83 3021.3482
queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Fortaleza

Av. Santos Dumont, 2828, salas 06/07,
Edif. Torre Santos Dumont | Aldeota
CEP: 60.150-161 | Fortaleza - CE
Tel./Fax: 85 3032.5757
queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br

feita única e exclusivamente para a pessoa do Bel. **Rostand Inácio dos Santos, OAB\PE 27.112.**

Vale destacar que requerimento desta espécie é plenamente admissível e desrespeito ao mesmo implica em nulidade da intimação, conforme entendimento manso e pacífico, e.g.:

Havendo designação prévia e expressa do advogado que receberá as intimações, o nome deste deverá constar das publicações, sob pena de nulidade (STJ-RT 779/182)

Requer, assim, que todas as intimações sejam dirigidas única e exclusivamente para o referido profissional, lançando-se o nome do mesmo na capa do processo.

2. BREVE SÍNTESE DA LIDE

Alegam os Autores, em sua peça vestibular, que o seu pai o Sr. **FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA**, foi vítima fatal de acidente de trânsito ocorrido em 01 de junho de 2013.

Assim sendo, por entender, que a empresa Ré deve efetuar o pagamento do seguro DPVAT, pela morte do falecido, a eles, ingressaram com a presente demanda requerendo a condenação solidária da Ré no ressarcimento do valor da indenização correspondente a quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Impende destacar que as partes autoras já receberam o quantum indenizatório devido pela morte de seu filho através da via administrativa, não sendo mais devida qualquer diferença a título de indenização securitária DPVAT, conforme MEGADATA em anexo.

No curso do presente, iremos demonstrar as razões pelas quais não se deve dar provimento à demanda.

3. PRELIMINARMENTE

3.1. Da carência de ação por falta de interesse de agir

Ainda que se ultrapassassem os argumentos acima expostos, o que apenas se admite a título de argumentação, deve a presente demanda ser extinta por falta de interesse de agir do Autores.

Como restou confirmado pelos documentos anexados aos autos, os Autores já receberam o valor a que fazia jus a título de indenização securitária. Os Autores deu total quitação dos valores a que tinha direito, sem qualquer ressalva, não restando nada a receber da demandada.

Maria Helena Diniz ensina que “(...) a prova do pagamento é a quitação, que consiste num documento em que o credor ou seu representante, reconhecendo ter recebido o pagamento de seu crédito, exonera o devedor da obrigação” (Curso de Direito Civil Brasileiro, 2º Volume. São Paulo: Saraiva, 2002, p.226). No caso em tela com o recebimento dos valores devidos a título de indenização, resta por esse motivo inviabilizada a pretensão de recebimento de indenização suplementar. É exatamente este o posicionamento do STJ:

*Processo civil. defensoria pública. assistência judiciária. resolução da procuradoria-geral do estado de são paulo. diferença entre os honorários arbitrados judicialmente e o constante da resolução pge-sp. cobrança. impossibilidade. precedente. **O advogado que aderiu aos critérios estabelecidos na citada Resolução da Procuradoria-Geral, recebendo os honorários respectivos sem ressalvas e dando plena, geral e irretratável quitação, não pode pleitear qualquer diferença do Estado.** Inocorrência de violação do art. 22 da Lei 8906/94. Recurso especial improvido. (STJ RESP 280169 / SP; RECURSO ESPECIAL 2000/0099240-2,DJ DATA:05/08/2002 PG:00233 RSTJ VOL.:00160 PG:00203, Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, 23/04/2002, T2 - SEGUNDA TURMA). (grifo nosso)*

Isto posto, resta patente a falta de interesse de agir, vez que a indenização securitário foi devidamente paga após a regulação do sinistro, não restando aos Autores nenhum direito creditório em face da demandada.

3.2. Da comprovação do pagamento através do MEGADATA. Da validade do MEGADATA.

O MEGADATA é um documento extraído do sistema para verificar se já houve pagamento feito por outras seguradoras, se não houvesse esse controle integrado entre as empresas de seguradoras, haveria milhões de pagamentos administrativos em duplicidade.

Desta forma, cumpre informar que, após consulta feita junto ao Sistema MEGADATA, nota-se a existência de pagamento de três pagamentos efetuados: **o primeiro realizado em favor da Sra. CLEIDE EVANGELISTA FREIRE DE OLIVEIRA, no valor de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais); o segundo pagamento realizado em favor da Sra. VALDINEZ AUGUSTA DE SOUZA, no valor de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), e o terceiro realizado em favor de CLEDNA EVANGELISTA DE OLIVEIRA FERNANDEZ, no valor de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), perfazendo a quantia total de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, a título de indenização do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículo Automotor de Via Terrestre – DPVAT, face o óbito da vítima em questão.

Refere-se o citado documento ao banco de dados, administrado pela Megadata Computações, onde estão registrados os sinistros regulados e todas as informações sobre seus respectivos pagamentos, mantido pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, cuja Tabela de Códigos, para a identificação das informações ora apontadas, segue anexada à presente peça tais como:

- data do sinistro
- data do pedido administrativo
- nome da vítima
- nome do beneficiário
- código da seguradora responsável
- data do pagamento
- valor do pagamento

Outros dados referentes ao sinistro também são localizados no extrato do megadata, quais sejam, nome do sinistrado, data do acidente, a data do nascimento da vítima, o tipo de regulação, natureza do sinistro, categoria, entre outra.

No que concerne ao campo de regulação, assim na categoria e natureza, os números aparecem, novamente, como forma de tipificá-los.

Regulação: 0 (andamento), 1 (pago), 2 (negado), 3 (cancelamento de processo), 4 (cancelamento de cheque), 5 (ressarcimento), 6 (estorno do lançamento), 7 (estorno total), 8 (fraude) e nove (estorno parcial).

Categoria: 1 (Bilhete), 2 (DUT), 6 (VNI antes de 13/07/1992), 7 (VNI após 13/07/1992) e 8 (anterior à lei 8.441/92).

A existência do referido banco de dados é de sua importância, eis que, perante milhares de processos administrativos referentes ao seguro de DPVAT realizados todos os anos, de tempos em tempos, os referidos documentos são expurgados, eis que o arquivo físico dos mesmos tornou-se impossível.

ASSIM, É POSSÍVEL AFIRMAR, QUE O DOCUMENTO CITADO, REFLETE FIELMENTE TODOS OS DADOS SOBRE AS REGULAÇÕES DE SINISTROS E PAGAMENTOS REALIZADOS, CONFORME SE INFERE, POR ANALOGIA, DA DECLARAÇÃO EXPEDIDA PELA FENASEG EM CASO SIMILAR AO PRESENTE, ACEITO COMO PROVA DE PAGAMENTO, PELA E. 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM BRILHANTE ACÓRDÃO NA APELAÇÃO Nº 16.660/2004, DESEMBARGADOR RELATOR LUIZ FELIPE HADDAD, CUJO TRECHO TRANSCREVE-SE A SEGUIR:

(...)Conquanto a Apelante increpe o mesmo documento de fls. 47, como unilateral, sem assinatura da mesma, tal argumento não se sustenta.

Sabe-se que a sistemática eletrônica, que já existia naquele ano no campo empresarial, os dígitos geram presunção de veracidade. E que se fortalece pelo explicado por diligência do Relator e roborado pelo petitório de fls. 196 a 198, harmônico com o contido na Lei nº 619 de 1974, e com os documentos aditivos de fls. 199 e 202. Aplicando-se outrossim a experiência judicatória e comum(...)

O entendimento acima é corroborado pelo acórdão da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na Apelação nº 2005.001.45335, MD. Desembargadora Relatora Odete Knaack de Souza, cujo trecho transcreve-se a seguir:

SEGURO DE DPVAT. INDENIZAÇÃO. PAGAMENTO ANTERIOR POR OUTRA SEGURADORA CONVENIADA, PARA QUEM FOI RECLAMADA A INDENIZAÇÃO. É VÁLIDA A PROVA DO PAGAMENTO PELO EXTRATO DO SISTEMA MEGADATA, NÃO HAVENDO SENTIDO EM RECUSAR O REGISTRO CONTÁBIL QUANDO O CONTROLE DOS PAGAMENTOS DE SINISTROS LIQUIDADOS NÃO É FEITO DE OUTRA MANEIRA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Por oportuno, face à identidade dos feitos a Ré transcreve, ainda, trecho do julgado acima, que põe uma pá de cal, na questão, ora debatida:

(...)APELA A VENCIDA ÀS FLS. 88/96, ADUZINDO, EM SÍNTESE, QUE NÃO HÁ NOS AUTOS DOCUMENTO QUE COMPROVE O PAGAMENTO ANTERIOR E QUE O SUPOSTO RECIBO DE QUITAÇÃO APRESENTADO PELA RÉ, DENOMINADO MEGADATA, NÃO PASSA DE MERA INFORMAÇÃO CONSTANTE EM UM SISTEMA MECANIZADO DE TERCEIRO COM QUEM POSSUI VÍNCULO.

(...)

COMO OBSERVADO NA SENTENÇA, É VÁLIDA TAL PROVA, NÃO HAVENDO SENTIDO EM RECUSAR O REGISTRO CONTÁBIL DO SISTEMA MEGADATA, QUANDO O CONTROLE DOS PAGAMENTOS DE SINISTROS LIQUIDADOS NÃO É FEITO DE OUTRA MANEIRA.

(destaques nossos)

Assim requer a Ré que seja expedido ofício para a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-4, com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro.

4. DO MÉRITO – RAZÕES PARA A IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela Autora.

Nos itens seguintes, rebater-se-ão, pontualmente, cada qual dos argumentos suscitados pela Autora, demonstrando-se, assim, o total descabimento de seus pleitos.

4.1. Da existência de outro beneficiário – Proporcionalidade do valor indenizatório

Conforme mencionado, de acordo com a certidão de óbito, o *de cujus*, possuía, ainda, outra filha, a Sra. **CLEDINA EVANGELISTA DE OLIVEIRA SOUZA**, que não é parte na presente ação. Sendo assim, a Filha do *de cujus*, teria direito à receber o equivalente a sua quota parte, tendo em vista sua condição de beneficiária para fins de recebimento do Seguro DPVAT, em razão do óbito de **FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA**.

Denota-se que a filha do Sr. **FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA**, NÃO INTEGRA O PÓLO ATIVO DA PRESENTE DEMANDA.

Desta forma, resta claro que os Autores poderiam até pleitear a diferença que entendem ser devida, mas somente no que diz respeito ao seu quinhão, não podendo pleitear nada em nome do outro beneficiário, muito menos o valor total.

Resta claro que o que pretendem os Autores na presente demanda, é pleitear em nome próprio direito alheio, em manifesta afronta ao art. 6º, Código de Processo Civil:

Art. 6º. Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

Ou seja, para propor ou contestar uma ação, é necessário ter interesse e legitimidade, o que, definitivamente, o Autor não possui.

Diante do exposto, requer a Ré a extinção do feito sem resolução do mérito, tendo em vista a ilegitimidade ativa, nos termos do art. 267, VI, CPC.

4.2. Do pagamento feito de boa-fé realizado.

Conforme se constata nos documentos ora acostados, a Seguradora Ré já efetuou o pagamento da indenização pleiteada nos autos, através de via administrativa, liquidando, assim, a sua obrigação contratual.

O que não é justo é que a ré venha a ser compelida a pagar novamente indenização que efetivamente já foi liquidada desde 25/07/2012 sob os auspícios da cautela e da boa fé.

Conforme documentação apresentada nota-se a existência de pagamento de três pagamentos efetuados: **o primeiro realizado em favor da Sra. CLEIDE EVANGELISTA FREIRE DE OLIVEIRA, no valor de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais); o segundo pagamento realizado em favor da Sra. VALDINEZ AUGUSTA DE SOUZA, no valor de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), e o terceiro realizado em favor de CLEDNA EVANGELISTA DE OLIVEIRA FERNANDEZ, no valor de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), perfazendo a quantia total de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**

O valor então pago corresponde à indenização para a garantia morte, do sinistro ocorrido em **01/06/2013**, em total consonância ao que dispõe a legislação atinente ao Seguro DPVAT, mais especificamente, o inciso I, do Art. 3º, bem como o Art. 4º da Lei 6.194/74.

O pagamento efetuado e comprovado, bem como a quitação obtida, são plenamente válidos, nos exatos termos do artigo 309 do vigente Código Civil, cuja redação praticamente repete a do artigo 935 do Código de 1916, conforme a seguir se constata:

O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

A Ilustre Professora Maria Helena Diniz, em sua obra *Código Civil Anotado*, leciona:

I - Pagamento efetuado de boa-fé a credor putativo. Como o credor putativo é aquele que se apresenta aos olhos de todos como o verdadeiro credor, embora não o seja, apesar de estar na posse do título obrigacional (herdeiro ou legatário, que perdem essa qualidade em razão de anulação do testamento), para que o pagamento a ele efetuado tenha validade será preciso que haja: a) boa-fé do solvens; e b) escusabilidade de seu erro, uma vez que agiu cautelosamente (RT, 143:669, 123:186, 126:188 e 232:526; AJ, 78:110; RF, 95:375, 104:493 e 146:197).

Silvio Rodrigues em sua obra Direito Civil, - Parte Geral das Obrigações, assim preconiza:

Em rigor o pagamento não devia gerar qualquer efeito, pois aquele que paga a outra pessoa que não o credor, ou seu representante, paga mal e quem paga mal paga duas vezes. Mas a solução da lei é outra que, talvez menos lógica, pretende, entretanto, ser mais justa.

Aliás aqui, como noutros passos, depara-se o legislador ante o conflito entre dois princípios gerais do direito, ambos de alta relevância, ambos merecedores de seu beneplácito. De um lado, o princípio de respeito aos contratos e à regra de que o credor tem direito à prestação devida; de outro, o princípio de respeito à boa fé, ou seja, o propósito de prestigiar a pessoa que, agindo com todo o critério, foi conduzida, por erro escusável, a uma determinada posição.

...

Para que o princípio do art. 935 incida, é mister a presença de dois pressupostos: a) a boa fé do devedor; b) a escusabilidade de seu procedimento.

O que não é justo é que esta seguradora venha a ser compelida a pagar novamente o que já foi pago por ela, que agiu com cautela e boa fé ao efetuar o pagamento.

As sociedades seguradoras, conforme exaustivamente noticiado, são alvo das mais diversas formas de fraude, principalmente no seguro DPVAT, que tem finalidade social, quando lembramos que, da receita de prêmios arrecadados, apenas a metade se destina a fazer face às operações das seguradoras, enquanto que a outra metade é reservada ao Sistema Único de Saúde (45%) e ao DENATRAN (5%).

É provável que estejamos diante de um desses casos de fraude contra o Sistema Nacional de Seguros Privados, instituído para que o Governo Federal pudesse, privativamente, formular a “política de seguros privados, legislar sobre suas normas gerais e fiscalizar as operações no mercado nacional” (decreto-lei nº 73/66 – arts. 7º e 8º).

Por fim, requer a Seguradora Ré que a presente ação seja julgada totalmente improcedente, pela inquestionável razão de já terem as mesmas cumprido suas obrigações, consoante comprovou inequivocamente.

4.3. Do regular pagamento do DPVAT para caso de morte

Em conformidade, com a lei 6.194/74, o seguro obrigatório tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas, ou não, nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médicas e suplementares.

A referida Lei, (alterada em 2007, pela Lei 11.482) determina que a indenização devida a título de DPVAT para o caso de morte é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

O art.3º - regulador das indenizações pagas pelo seguro DPVAT - tem atualmente a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

*I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) – nos casos de morte.
(...)*

Os danos pessoais cobertos pelo seguro obrigatório, por determinação da Lei nº 11.482/2007, não podem ultrapassar o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4.4. Da legitimidade dos herdeiros nos casos de sinistros DPVAT por morte

Para propor ou contestar uma ação é necessário ter interesse e legitimidade. O novo código civil trás um rol taxativo dos herdeiros com legitimidade para auferir qualquer indenização referente à herança deixada pelo *de cujus*, a denominada *ordem de vocação hereditária*, que nada mais é do que do que uma relação preferencial.

Assim dispõe o art. 1.829 do novo CC:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

- I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente (...);***
- II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;*
- III - ao cônjuge sobrevivente;*
- (...) (grifos nossos)*

Sobre o assunto, dispõe o doutrinador Silvio Rodrigues, “*A sucessão que não obedecer a referida ordem preferencial é considerada anômala ou irregular.*”

Desta forma os casos de indenização de seguro DPVAT não poderiam ser diferentes e fugir desta ordem de preferência.

Pois bem.

Admitir-se pessoa diversa aos herdeiros da vítima como parte legítima para pleitear verba indenizatória, estaria fora dos padrões de razoabilidade e segurança jurídica, vez que nada obstaria que em momento posterior os legítimos herdeiros pleiteassem os mesmos benefícios da indenização securitária.

Desta maneira, tenta a parte autora receber indenização em valor integral, em total afronta ao art. 1.846 do Código Civil.

O artigo 792 da Lei 10.406, novo CC, em seu caput prevê:

Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

O TJRJ, em recente decisão assim se pronunciou a respeito da legitimidade dos herdeiros para o pagamento indenizatório das ações do seguro DPVAT:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS. DA LEI 6.194/74, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 8441/92. CÁLCULO COM BASE DPVAT. INDENIZAÇÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PAGAMENTO DEVIDO EM SEU VALOR INTEGRAL, NA FORMA CONSTANTE NO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NA DATA DO SINISTRO, CORRIGIDO MONETARIAMENTE ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS, MONOCRATICAMENTE. 1. Preliminar de prescrição da pretensão autoral que se rejeita. Comprovação pela autora de apresentação de requerimento de pagamento da indenização pela via administrativa, recebido em 25/11/2005,

*que interrompeu a contagem do prazo prescricional trienal. Ausência de comprovação pela ré de que a autora foi cientificada de qualquer resposta capaz de ensejar o reinício do cômputo do prazo. 2. Trata-se de responsabilidade civil objetiva, fundada no risco integral, como é o caso dos autos. Estamos diante de uma indenização tarifada, com previsão legal, bastando apenas que seja demonstrada a ocorrência do sinistro, e do dano decorrente do mesmo, cujas provas se encontram acostadas nos autos. 3. O valor da indenização para o sinistro, em caso de ocorrência de **morte**, é devido no montante equivalente a quarenta salários mínimos, nos termos do artigo 3º, da Lei 6.194/74 (com a redação da Lei 8.441/92). **Assim, ausentes outros herdeiros, e estando o pai em local incerto e não sabido, a indenização a ser conferida à autora, na qualidade de genitora, corresponderá à metade, ou seja, 20 (vinte) salários mínimos.** 4. Com vistas a não macular o dispositivo do art. 7º, IV da Constituição da República, que proíbe a utilização do salário mínimo como indexador, o cálculo da indenização deve ser feito com base no salário mínimo vigente na data do sinistro, que corresponde a mero parâmetro indenizatório, a ser corrigido monetariamente desde então, até o efetivo pagamento. 0043587-80.2008.8.19.0004 - APELACAO - DES. CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA - Julgamento: 10/05/2010 - NONA CAMARA CIVEL*

Logo, resta claro que a parte Autora poderia até pleitear a indenização que entende ser devida, mas somente no que diz respeito ao seu quinhão, não mais que isso, desde que, demonstre ser legítimo beneficiário da vítima.

Assim sendo, torna-se necessário que esse MM. Juízo verifique se a parte autora realmente é a única beneficiária da vítima, e, assim sendo, seja limitado o recebimento pela mesma a indenização, uma vez que a Lei 6.194/74 deixa clara a ordem dos legítimos beneficiários para recebimento das indenizações DPVAT.

4.5. Dos juros legais e da correção monetária.

Quanto à incidência de juros de mora e correção monetária em caso de procedência do pedido autoral, espera a contestante que os mesmos sejam deferidos nos termos abaixo.

Os juros de mora, em caso de eventual condenação, devem ser contados a partir da citação, vez que tratamos de responsabilidade contratual, conforme determinou o STJ por meio da Súmula 426.

Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

Em relação à **correção monetária**, espera que seja **observada a data de propositura da presente demanda** como termo inicial para a sua incidência, em observância ao disposto na Lei nº 6.899/81.

*EMENTA: DPVAT. LEGITIMIDADE DA SEGURADORA RÉ RECONHECIDA. QUITAÇÃO RESTRITA A DETERMINADA QUANTIA INFERIOR ÀQUELA QUE A LEI PREVÊ. VALIDADE TAMBÉM PARCIAL. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. SALÁRIO MÍNIMO COMO INDEXADOR LEGAL. VIABILIDADE. CONDENAÇÃO MANTIDA PARA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. MOMENTO PRÓPRIO PARA INCIDÊNCIA. (...) **7 - A correção monetária em condenação de cobertura ao DPVAT tem início com o ajuizamento da ação, conforme preconizado na Lei nº 6.899/81.**(Apelação Cível nº1.0024.07.665440-9/001, Des. Francisco Kupidlowski, 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 28/08/2008)*

Desta feita, requer que seja julgado totalmente improcedente a presente demanda, conforme as razões já expostas acima.

5. DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, passa a requerer:

A) o acolhimento das preliminares suscitadas com a consequente extinção do feito sem apreciação do mérito;

B) a total improcedência dos pedidos autorais e a condenação da Autora nos ônus da sucumbência..

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas.

Por fim, os patronos subscritores da presente peça dão por autênticos os documentos acostados aos autos pelo Réu, nos termos do artigo 365, inciso VI do Código de Processo Civil.

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Areia Branca, 09 de abril de 2014.

Rostand Inácio dos Santos

OAB/PE 22.718

Antonio Martins Teixeira Junior

OAB/RN 5.432

ANEXO I



megadata



```

*-----*
* Megadata Computacoes          D.P.V.A.T.          01/04/2014    10:13:12  *
*   Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre      *
* DPV010T      ***** CONSULTA POR NOME DE SINISTRADO *****  V120 / DPV613F  *
*-----*

ANO / NUM. / LANC -      2013 / 409773 / 01      COO DEPEND - 206
COD SEQ - 4251                                TIPO DOCUMENTO - 4      EX -
NUM DOCUMENTO - RN175790698                    DT.CADAST.PARC.- 00 / 00 / 0000
CATEGORIA .... - 01                                DT SINISTRO - 01/05/2013
DT CADAST.... - 10/07/2013                      DT RATEIO - 19/07/2013
NATUREZA ..... - 1                                CPF VITIMA      - 00784801401
NOME DA VITIMA - FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA
DT NASC..... - 27/05/1973                      VALOR INDENIZ. -      4.050,00
SEQUENCIA .... - 001                              VLR COR.MON/JUR-      0,00
COD REC/RECL - 3                                DT PAGAMENTO - 19 / 07 / 2013
NOME RECEBEDOR - CLEIDE EVANGELISTA FREIRE OLIVEIRA
CPF/CGC RECES. - 00000784802483                    DT ATUALIZ - 19/07/2013
PROCURADOR/INT.- MARIA DE LOURDES XAVIER DE MEDEIROS
CPF/CGC PROC/INT- 00040585778434                    BOLETIM ..... - 125/2013
DELEGACIA .... - GROSSOS                          UF DELEGACIA - RN
REGULACAO .... - 1                                SUB-JUDICE ... -      DT. RECES.
DT RECLAMACAO - 05/07/2013                      CONF. PGTO:      ☐ / ☐ / ☐
*-----*
ENTER = CONTINUAR                                PF03 = FIM                                PF07 = VOLTA MENU

```



```

*****
* Megadata Computacoes      D.P.V.A.T.      01/04/2014      10:13:21 *
* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre *
* DPV010T      ***** CONSULTA POR NOME DE SINISTRADO ***** V120 / DPV613F *
*****

ANO / NUM. / LANC -      2013 / 409773 / 02      COD DEPEND - 206

COD_SEG - 4251      TIPO DOCUMENTO - 4      EX -
NUM DOCUMENTO - RN175790698      DT.CADAST.PARC - 00 / 00 / 0000
CATEGORIA .... - 01      DT SINISTRO - 01/06/2013
DT CADAST - 10/07/2013      DT RATEIO - 19/07/2013
NATUREZA ..... - 1      CPF VITIMA - 00784901401
NOME DA VITIMA - FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA
DT NASC - 27/05/1973      VALOR INDENIZ. -      1.350,00
SEQUENCIA .... - 001      VIA COR.MOM/JUR -      0,00
COD REC/RECL - 2      DT PAGAMENTO
NOME RECEDOR - VALDIRNEZ AUGUSTA DE SOUZA      DT ATUALIZ - 19/07/2013
CPF/CSC RECB. - 00007843669436      BOLETIM ..... - 125/2013
PROCURADOR/INT. -      UF DELEGACIA - RN
CPF/CSC PROC/INT- 000000000000000      SUB-JUDICE ... -      DT. RECB.
DELEGACIA .... - GROSSOS      CONF. PGTO. - ☐ / ☐ / ☐
REGULACAO .... - 1
DT RECLAMACAO - 05/07/2013

ENTER = CONTINUAR      PF03 = FIM      PF07 = VOLTA MENU
  
```



```

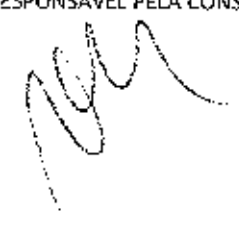
*****
* Megadata Computacoes      D.P.V.A.T.      01/04/2014      10:13:20 *
* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre *
* DPV010T      ***** CONSULTA POR NOME DE SINISTRADO ***** V120 / DPV613F *
*****

ANO / NUM. / LANC -      2013 / 409773 / 03      COD DEPEND - 206

COD_SEG - 4251      TIPO DOCUMENTO - 4      EX -
NUM DOCUMENTO - RN175790698      DT.CADAST.PARC - 00 / 00 / 0000
CATEGORIA .... - 01      DT SINISTRO - 01/06/2013
DT CADAST - 10/07/2013      DT RATEIO - 19/07/2013
NATUREZA ..... - 1      CPF VITIMA - 00784901401
NOME DA VITIMA - FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA
DT NASC - 27/05/1973      VALOR INDENIZ. -      1.350,00
SEQUENCIA .... - 001      VIA COR.MOM/JUR -      0,00
COD REC/RECL - 3      DT PAGAMENTO - 19 / 07 / 2013
NOME RECEDOR - CLEDNA EVANGELISTA DE OLIVEIRA FERNANDES
CPF/CSC RECB. - 00070110501403      DT ATUALIZ - 19/07/2013
PROCURADOR/INT. - MARIA DE LOURDES XAVIER DE MEDEIROS
CPF/CSC PROC/INT- 00040588778434      BOLETIM ..... - 125/2013
DELEGACIA .... - GROSSOS      UF DELEGACIA - RN
REGULACAO .... - 1      SUB-JUDICE ... -      DT. RECB.
DT RECLAMACAO - 06/07/2013      CONF. PGTO. - ☐ / ☐ / ☐

ENTER = CONTINUAR      PF03 = FIM      PF07 = VOLTA MENU
  
```

CHECK LIST - MUTIROS DE CONCILIAÇÃO - DPVAT

ESCRITÓRIO RESPONSÁVEL: <u>QCA</u>		DATA DA AUDIÊNCIA: <u>14/06/16</u>		GPROC/SISJUR: <u>1245931</u>	
ESCRITÓRIO QUE REALIZOU A AUDIÊNCIA: () O MESMO (X) OUTRO <u>VR</u>					
() VC () JEC () TJ COMARCA: <u>Alegre - Banca</u>				UF: <u></u>	
DADOS DO PROCESSO					
AUTOR	NOME: <u>Claiton / Claiton / Claiton / Claiton / Claiton</u>				
	() VÍTIMA () BENEFICIÁRIO () REPRESENTANTE LEGAL				
Nº PROCESSO (CNJ)	<u>010.2023.90.2013.820.01/3</u>		DATA DO AJUIZAMENTO: <u>02/12/13</u>		
VÍTIMA	NOME: <u>Claiton / Claiton / Claiton / Claiton / Claiton</u>				
	() INCAPAZ () MENOR				
EX ADVERSO	NOME: <u></u>				OAB/UF: <u></u>
OBJETO	() INVALIDEZ INTEGRAL () INVALIDEZ DIFERENÇA () OUTROS				DATA DO SINISTRO: <u>01/06/13</u>
DADOS DO VEÍCULO ENVOLVIDO	PLACA: <u>MXW 7663</u>	ANO: <u>1995</u>	CATEGORIA: () 00 () 01 () 02 () 03 () 04 () 08 () 09 () 10 () 99		
INVALIDEZ PERMANENTE					
LAUDO NOS AUTOS?	() NÃO () IML () JUDICIAL () PARTICULAR () MUTIRÃO ANTERIOR () OUTROS:				
LESÃO APURADA	() 10% () 25% () 50% () 75% () 100%				
AVALIAÇÃO MÉDICA NO MUTIRÃO:	1. <u>0,8%</u> () 10% () 25% () 50% () 75% () 100%				
	2. <u></u> () 10% () 25% () 50% () 75% () 100%				
	3. <u></u> () 10% () 25% () 50% () 75% () 100%				
	4. <u></u> () 10% () 25% () 50% () 75% () 100%				
EMPRESA MÉDICA	() ACE () ATPE () CNIS () EXTRACARE () MOZES () SALEK () SAUDESEG				
PERITO JUDICIAL	NOME: <u></u>				
ASSISTENTE TÉCNICO	NOME: <u></u>				
MORTE					
DATA DO ÓBITO: <u>/ /</u>	CERTIDÃO DE ÓBITO () SIM () NÃO	BENEFICIÁRIOS: () CÔNJUGE () FILHOS () OUTROS:		QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS: <u></u>	
VERIFICAÇÃO MEGADATA					
PAGAMENTO ADMINISTRATIVO	() SIM () NÃO				RUBRICA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELA CONSULTA: 
NATUREZA DO SINISTRO:	(X) 1 - MORTE () 2 - INVALIDEZ () 3 - DAMS				
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO: R\$:	<u>6.750,00</u>				
Nº SINISTRO ADM:	<u></u>				
NATUREZA DO SINISTRO:	() 1 - MORTE () 2 - INVALIDEZ () 3 - DAMS				
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO: R\$:	<u></u>				
Nº SINISTRO ADM:	<u></u>				
PAGAMENTO JUDICIAL	() SIM () NÃO				
NATUREZA DO SINISTRO:	() 1 - MORTE () 2 - INVALIDEZ () 3 - DAMS				
VALOR DO PAGAMENTO JUDICIAL: R\$:	<u></u>				
Nº SINISTRO JUD:	<u></u>				
ACORDO					
<input checked="" type="checkbox"/> SIM Valor da indenização: R\$: <u>6.750,00</u> Valor dos honorários: R\$: <u>675,00</u> Valor total do acordo: R\$: <u>7.425,00</u>	() AUTOR NÃO COMPARECEU	() ILEGITIMIDADE ATIVA	() PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO		
	() NÃO ACEITOU PROPOSTA	() ILEGITIMIDADE PASSIVA	() REGULAÇÃO 2/3 (AUSÊNCIA DE COBERTURA)		
	() AUSÊNCIA DE COBERTURA	() INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE	() REGULAÇÃO 2/3 (AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL)		
	() AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS	() JÁ EXISTE ACORDO NOS AUTOS	() REGULAÇÃO 2/3 (PROPRIETÁRIO INADIMPLENTE)		
() NÃO	() AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE	() JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL NOS AUTOS	() REGULAÇÃO 8 (INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE)		
	() AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL	() LITISPENDÊNCIA	() JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL EM OUTRO PROCESSO		
	() AUTOR DESASSISTIDO	() PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE	() SINISTRO ADIMPLIDO NA VIA ADMINISTRATIVA		
	() AUTOR FALECEU	() PRESCRIÇÃO	() VÍTIMA AINDA EM TRATAMENTO		
	() COISA JULGADA	() PROCESSO EM FASE DE EXECUÇÃO	() RENÚNCIA (MARCAR TAMBÉM O MOTIVO NAS OPÇÕES ANTERIORES)		



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS DA REGIÃO OESTE
Fórum Dr. Silveira Martins, Alameda das Carnaubeiras, 355 – Presidente Costa e Silva, Mossoró/RN
Origem: Vara Cível -
"Quem concilia sempre sai ganhando!"

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Ref. ao proc. n.º 0102023-90.2013.8.20.0113

Promovente(s): Cleilton Evangelista de Oliveira(menor) Repr. p/ mãe Cleide Evangelista Freire Oliveira, Cleiton Evangelista de Oliveira(menor impúbere), Cleidinaria Evangelista de Oliveira((menor impúbere)

Promovido(a)(s): Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

A(os) terça-feira, 14 de junho de 2016, Data da Audiência Selecionada << Nenhuma informação disponível >> em uma das salas de audiências, localizada nesta Comarca de Areia Branca/RN, dentro do horário pautado para o **MUTIRÃO DPVAT**, sob a orientação do Excelentíssimo Senhor Doutor **BRENO VALÉRIO FAUSTO DE MEDEIROS** com Jurisdição Plena, para este ato, nos termos da Portaria TJRN publicada no Diário de Justiça Eletrônico. Observadas as formalidades legais, foi realizado o pregão das partes, tendo comparecido: **Cleilton Evangelista de Oliveira(menor) Repr. p/ mãe Cleide Evangelista Freire Oliveira, Cleiton Evangelista de Oliveira(menor impúbere), Cleidinaria Evangelista de Oliveira((menor impúbere)**, acompanhada(s) de seu(ua)(s) advogado, **Ana Cristina da Silva OAB 755A/RN** **Fernando Reginaldo Noronha OAB 7217/RN** **Ana Cristina da Silva OAB 755A/RN** **Fernando Reginaldo Noronha OAB 7217/RN** **Ana Cristina da Silva OAB 755A/RN** **Fernando Reginaldo Noronha OAB 7217/RN**. Presente ainda os prepostos, Srs. Wladimir Rômulo de Sousa Costa, CPF 027.054.904-85; Leonardo Gonçalves Lira, CPF 009.812.004-27 e Victor Hugo Medeiros de Moraes, CPF 069.876.777-37.

Demandada: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT, na pessoa de seus representantes legais, Wladimir Rômulo de Sousa Costa – CPF: 027.054.904-85; Leonardo Gonçalves Lira – CPF: 009.812.004-27; acompanhados do advogado Victor Hugo Medeiros de Moraes – OAB/RN 12.683;

Declarada aberta a audiência, as partes, através de seus advogados constituídos e devidamente habilitados nos autos com poderes para a prática do ato, firmaram acordo nos seguintes termos:

01 – A parte demandada pagará a quantia total de R\$ 7.425,00 (sete mil quatrocentos e vinte e cinco reais), correspondente a R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) do acordo ora firmado para a parte autora, Sra. Cleide Evangelista Freire Oliveira, beneficiária dos outros 50%, a título de indenização e **R\$ 675,00** (seiscentos e setenta e cinco reais) referente aos honorários sucumbenciais, sendo certo que na via administrativa houve o pagamento da quota parte de seus cinco herdeiros;

02 – O pagamento do valor acima abrange a quitação de todas as verbas postuladas na inicial;

03 – o pagamento da importância convencionada na alínea anterior será efetuado em conta Depósito Judicial, junto ao Banco do Brasil S/A, em qualquer de suas agências nesta cidade, vinculada a este processo, devendo, a demandada comprovar nos autos o aludido depósito **no dia 22/08/2016**.

04 – A parte demandante e o seu advogado receberão as referidas quantias mediante a expedição e entrega de alvará judicial, na Secretaria Judiciária do Fórum da Comarca na qual tramita o processo **no dia 30/08/2016**.

05 – Na hipótese de descumprimento da avença arcará a demandada com o pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor devido;

06 – As partes RENUNCIAM ao prazo recursal.

Nada mais havendo, encerro o presente que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Arianne Alves de Oliveira, Estagiário conciliador(a), o digitei e subscrevo.

Demandante:

Advogado(a):

Demandado(a):

Advogado(a):

Cleide Evangelista de Oliveira
Fernando Noronha OAB/RN 7217
[Assinatura]
[Assinatura]

0101288-86.2015.8.20.0113 Em andamento

Procedimento Ordinário / Seguro

Distribuição: Direcionamento - 01/10/2015 11:46 - Controle: 2015/000933

Vara Cível

Autora: Antônia Lucélia Rodrigues da Silva

Advogado: Jeronimo Azevedo B. Neto

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Advogado: João Alves Barbosa Filho e outro

Movimentações: 13/06/2016 10:38 Juntada de mandado
Mandado-113.2016/001190-0

09/06/2016 17:48 Certidão de Oficial Expedida
Citação

09/06/2016 11:41 Juntada de AR
AR515103756TJ

01/06/2016 11:37 Certidão expedida/exarada
Relação :0132/2016
Data da Disponibilização: 31/05/2016
Data da Publicação: 01/06/2016
Número do Diário: 2061
Página: 02309601

31/05/2016 17:23 Relação encaminhada ao DJE
Relação: 0132/2016

Teor do ato: Com permissão do artigo 162, § 4º, do CPC, c/c art.4º, inciso II, do Provimento nº 10-CJ. de 4.7.2005, designa-se realização da perícia ortopédica para o dia 10 de junho de 2016, à partir das 08:30 horas, no Fórum José Brasil Filho, situada à rodovia - BR 110, KM 01, Areia Branca/RN, podendo, as partes no prazo de 05(cinco) dias querendo, apresentarem assistentes técnicos e a parte autora apresentar quesitos, uma vez que, a parte ré já os apresentou. Ato contínuo, intimo as partes para comparecerem ao mesmo endereço, a fim de participar do mutirão DPVAT a ser realizado a partir das 08:00hs do dia 14/06/2016.

Local Físico: 13/06/2016 -

Advogados(s): João Alves Barbosa Filho (OAB 980A/RN), Jeronimo Azevedo B. Neto (OAB 12096/RN), Livia Karina Freitas da Silva (OAB 11929/RN)
Secretaria Cível
Mesa 08 Pilha D

PROCURAÇÃO/CONTRATO

CLEILTON EVANGELISTA DE OLIVEIRA, CLEITON EVANGELISTA DE OLIVEIRA, CLEDINÁRIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA, menores impúberes, representados neste ato por sua genitora, a Sra. **CLEIDE EVANGELISTA FREIRE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG nº 002.559.223/SSP/RN, e CPF nº 007.848.024-83, residente e domiciliada na Rua Expedicionário José Rocha, nº 266, centro, Grossos/RN, nomeio e constitui meus os advogado(a) e procuradores a **Dra. ANA CRISTINA DA SILVA**, brasileira, solteira, inscrito na OAB/RN 755-A, com escritório na Praça Getúlio Vargas, 104, Edifício Eduardo Vieira Régis, 2º andar, sala 204, Centro, Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59.600-680, e-mail: anacristina@live.com, tel. 3316.5804/ 9634.3559/88321300 e **Dr. FERNANDO REGINALDO NORONHA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RN 7217, com escritório no endereço acima citado, com os poderes inerentes às cláusulas *ad iudicia et extra* e para o fim especial de promover os atos necessários à defesa dos interesses do (a) outorgante junto a pessoas físicas e jurídicas, empresas públicas e privadas, sociedades de economia mista, fundos de pensão, repartições públicas federais, estaduais e municipais, órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de qualquer entrância ou instância, sediados neste Estado ou fora dele, podendo, para fiel cumprimento do presente mandato, se necessário, ajuizar ações de natureza cível, previdenciária ou trabalhista, ordinárias, sumárias, cautelares, mandamentais ou executivas, embargar, requerer (inclusive os benefícios da Lei nº. 1.060/50), contestar, impugnar, renunciar, transigir e desistir, habilitar-se, rescindir acordãos ou sentenças, dar e receber quitação de valores referentes a processos judiciais decorrentes deste instrumento procuratório, assim como levantá-los mediante alvará ou autorização administrativa ou judicial junto aos estabelecimentos bancários neles especificados (inclusive com a retenção de honorários advocatícios em favor dos outorgados, no percentual de 30% sobre as importâncias brutas totais que vierem a ser deferidas ao outorgante, pagamento que deverá ser realizado quando do efetivo recebimento pela parte outorgante - antes da dedução de quaisquer descontos, obrigatórios ou não, e sem qualquer comunicação com honorários resultantes de sucumbência, arbitramento ou penalidade por litigância de má-fé, integral e exclusivamente devidas aos outorgados, nos termos da Lei nº. 8.906/94), bem como substabelecer os poderes ora outorgados, com ou sem reserva.

Grossos/RN, 18 de novembro de 2013.



CLEIDE EVANGELISTA FREIRE OLIVEIRA

OUTORGANTE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO Nº 000.559.235 DATA DE EMISSÃO 24-03-2007

CLÉIDE EVANGELISTA FREIRE
OLIVEIRA

RATUNDO EVANGELISTA FREIRE
FRANCISCA PEREIRA FREIRE

MOSTRODO RN
CASA Nº 10004 F-184 RU-000722
CATEDRIN

007.848.024-87

25/12/1972

21.3100 8

Jose Gilda Sampaio
Superintendente Regional
Nº 10004 F-184 RU-000722

N. DISTR. 086/D 1642192

RCHA CADASTRAL

CPF: 007848024-83

Nome: CLÉIDE EVANGELISTA FREIRE
OLIVEIRA

Nascimento: 25/12/72

Nome da Mãe: FRANCISCA PEREIRA FREIRE

Endereço:

RUA EXPEDICIONARIO JOSE ROCHA, 269 -
CENTRO
59575-000 GROSSOS - RN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO E UNIFICADO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

IMAGEM DIREITA

Imagem digitalizada de Cleide Evangelista Freire Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE



NEZETE EVANG FREIRE
DADOS DESATUALIZADOS LIGUE 115

RUA EXPEDICIONARIO JOSE ROCHA 269

CENTRO-ÁREA URBANA
59575-000 GROSSOS RN

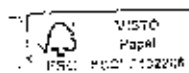
Conta Contratante: 0527417015

Medidor: 2120030097

Un. Lâmina: 13051142

Sequência: 50344

Posto: CB89281



www.cosern.com.br

08.383.614/0001-01

TERMO ÚNICO DE GROSSOS

Av. Coronel Solon, S/N

Centro

CEP: 59675-000

Grossos - RN



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

MATRÍCULA:

0948700155 2013 4 00013 182 0000900 51

SEXO

masculino

COR

Branca

ESTADO CIVIL E IDADE

casado, com 40 anos de idade

NATURALIDADE

MOSSORO - RN

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

1.708.231 - RN

ELEITOR

era eleitor

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

FRANCISCO DE OLIVEIRA FERREIRA e FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA NA RUA TEREZINHA PEREIRA
Grossos - RN

DATA E HORA DE FALECIMENTO

primeiro de junho de dois mil e treze às 08:40 horas

DIA MÊS ANO

01/06/2013

LOCAL DE FALECIMENTO

Grossos em Grossos - RN

CAUSA DA MORTE

LUXAÇÃO INTERVERBRAL CERVICAL

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE
CONHECIDO

Cemitério São Sebastião, nesta cidade de Grossos - RN

DECLARANTE

Ana Keile Rodrigues

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

SAC AXEL DE MEDEIROS NOGUEIRA CRM:3988

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Ato registrado no Livro C-13, Fis. 182 e Termo 900.
casado com CLEIDE EVANGELISTA FREIRE DE OLIVEIRA. Declarou que não deixou bens a
inventariar. Deixou filhos: 5 Filhos.GROSSOS ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS
Oficial: Geruza Pinheiro de Araújo Maciel
Av. Cel. Solon, 241 Centro
Grossos - RN
(84)3327-2115O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.
Grossos - RN, 01 de junho de 2013
CPF: 071.502.504-08
ESCREVENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE CASAMENTO
NOMES:
FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA
CLEIDE EVANGELISTA FREIRE

MATRICULA:
0944900155 1993 2 00004 184 0000782 22

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIROS, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONJUGES

FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA, nascido aos 27/03/1973, em MOSSORÓ - RN, BRASILEIRO filho de FRANCISCO DE OLIVEIRA FERREIRA e FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA. Profissão: OPERARIO

CLEIDE EVANGELISTA FREIRE, nascida aos 28/12/1972, em MOSSORÓ - RN, BRASILEIRA filha de RAIMUNDO EVANGELISTA FREIRE e FRANCISCA PEREIRA FREIRE. Profissão: DO LAR

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

vinte e três de janeiro de mil novecentos e noventa e três

DIA MÊS ANO

23/01/1993

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

CLEIDE EVANGELISTA FREIRE OLIVEIRA

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Ato Registrado no livro B-4, às folhas 184, sob o n.º de ordem 782. O referido é verdade. Dou fé.

CARTÓRIO ÚNICO DE TIBAU
Oficial: Vera Lúcia de Souza
Escrevente: Flávia Natália Bento da Silva
Rua do Avoador, 28
Centro
Tibau - RN
(84) 3326-2673

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Tibau - RN, 02 de junho de 2013

Flávia Natália Bento da Silva
Escrevente Substituta
CPF: 069.759.214-66

Flávia Natália Bento da Silva
Escrevente Substituta
CPF: 069.759.214-66



08.223.6144-01-01
11.03.2011 11:36:00

CLM 59 875-000
Grossos - RN

MATRÍCULA:
0948700155 1999 1 00019 063 0004037 90

DIA MÊS ANO

09/09/1997

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO: nove de setembro de mil novecentos e noventa e sete

HORA

01:30

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

GROSSO - RN

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA
FEDERAÇÃO

GROSSO - RN

LOCAL DE NASCIMENTO

Hospital e Maternidade S.O.S.

SEXO

masculino

FILAÇÃO

FILIAÇÃO
FRANCISCO CANIDÉ DE OLIVEIRA
CLEIDE EVANGELISTA FREIRE OLIVEIRA

AVÓS

AVÓS
FRANCISCO DE OLIVEIRA FERREIRA e FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA
FRANCISCA FERREIRA FREIRE

FRANCISCO DE OLIVEIRA PEREIRA
RAIMUNDO EVANGELISTA FREIRE e FRANCISCA PEREIRA FREIRE

GÉMEO

NÃO

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) _____

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO
vinte e seis de novembro de mil novecentos e noventa e
nove

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIV _____

OBSERVAÇÕES: Ato registrado no Livro A-19, Fls. 063 e Termo 4.037.

GROSSOS ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS
Oficial: Geruza Pinheiro de Araújo Maciel
Av. Cel. Solon, 241
Centro
Grossos - RN
(84)3327-2115

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Grossos - RN, 08 de maio de 2012

Assinatura do Oficial/Substituto

Geruza Pinheiro de A. Maciel
OFICIAL ESCRITORIA
CPF: 676.979.891-04



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE AREIA BRANCA
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



14/0001-01
Rua: C. A. ...
CEP: 59675-000
Grossos - 88

Giscuda Chaves Barreto
Tabelião e Of. de Notas

Geruza Pinheiro de Araújo Maciel
Escrevente Substituta

CERTIDÃO DE NASCIMENTO N.º 4.569

CERTÍFICO que, às fls. 196, do livro n.º A-19 do Registro de Nascimento, foi feito hoje o assento de CHETTON EVANGELISTA DE OLIVEIRA,

nascido(a) aos 25 (vinte e cinco) de março de 2.002 (dois mil e dois) às 11 horas e 05 minutos em GROSSOS - RN do sexo masculino.

Filho(a) de Francisco Evangelista de Oliveira,
e Elvira Evangelista Frire.
Sendo seus avós paternos Francisco de Oliveira Ferreira e Francisca Maria de Oliveira,
e avós maternos Francisco Evangelista Frire e Francisca Ferreira Frire.

Foi declarante: A. J. J. J.
E serviram de testemunhas: duas pessoas idôneas.

Observações: sem

1.ª via - Gratuidade Judiciária, conforme Lei Federal N.º 9.534 de 10 de dezembro de 1.997.

O referido é verdade e dou fé.

Grossos, 09 de abril de 2.002

Geruza Pinheiro de A. Maciel

Tabelião
Geruza Pinheiro de A. Maciel
CPF: 875.879.304-44
Escrevente Substituta



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Giseuda C. dos Barreiros
Tabelião (a) de Notas

Geruza Pinheiro de Araújo Maciel
Escrivente Substituta

CERTIDÃO DE NASCIMENTO Nº 5.008

CERTÍFICO que, às fls. 283 V, do livro n.º 19
do Registro de Nascimento, foi feito hoje o assento de
PLEDINARIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA.

nascido(a) aos 10 de Julho de 2004
às 12 horas e 50 minutos
em Grossos - RN.

do sexo Feminino

Filho(a) de

Fernando Evangelista de Oliveira
e Clotilde Evangelista de Oliveira

Foi declarante: O Genitor

E serviram de testemunhas duas pessoas idôneas.

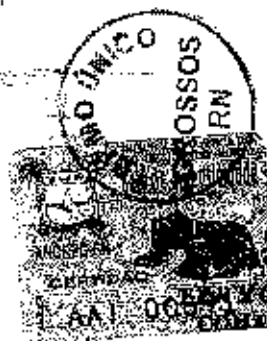
Observações: maio

1.ª via - Gratuidade Judiciária, conforme Lei Federal N.º 9.534 de 10 de dezembro de 1.997.

O referido é verdade e dou fé.

Grossos - RN, 27 de Junho de 2005.

Oficial(a) do Registro



883.614/0001-01

REGISTRO ÚNICO DE GRUPO
CARTÓTECA DE AREIA BRANCA

Rua: Coronel Souto, s/n
Centro

CEP: 59675-000

GROSSOS - RN



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE GROSSOS-DP/GROSSOS

BOLETIM DE Ocorrência 125/2013.

NATUREZA DA Ocorrência: ACIDENTE DE TRÂNSITO

LOCAL DA Ocorrência: Na estrada da Raiz, próximo ao bar do Mato, de Grossos-RN.

DATA E HORÁRIO DO FATO: 01/06/2013, POR VOLTA DAS 9:40.

COMUNICANTE: ANA KELLE RODRIGUES, RG 1924363 SSP/RN, brasileira, união estável doméstica, natural de Mossoró-RN, nascido aos 04/06/1979, filho de Antônio Rodrigues, residente domiciliado Na Rua Terezinha Pereira, 111, bairro Centro em Grossos-RN.

VITIMA: FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, união estável, natural de Mossoró filho de Francisco de Oliveira Ferreira e de Francisca Maria de Oliveira, residente a Rua Terezinha Pereira, 111, bairro Centro em Grossos-RN.

ACUSADO: prejudicado.

RESUMO DA Ocorrência: A comunicante informa que na data, hora e local acima mencionado, seu companheiro (vitima), transitava pela estrada da Raiz em seu veículo tipo corsa Wind, de placas MXW 7663, chassi de nº 9BQSC08WSSC644873, renavam de nº 176681116, ano de fabricação e modelo 95, de cor verde, levando como passageiros as pessoas de Carlos Henrique Azevedo da Silva e Junior, quando perdeu o controle do veículo que veio a capotar, vindo Canindé a falecer no local, enquanto os ocupantes nada sofreram em consequência de acidente; Que Canindé não bebeu, porém, segundo as testemunhas estava em alta velocidade por ocasião do fato que ele não possuía CNH, para dirigir veículo automotor, embora dirija há pelo menos dez anos.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Foi registrado o Boletim de Ocorrência e entregue uma via ao comunicante.

OBS - O comunicante se responsabiliza pelas informações contidas neste boletim de ocorrência

Grossos 11 de junho de 2013

ANA KELLE RODRIGUES
COMUNICANTE

ARG SIDNEY ALMEIDA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

COLHEITA DE DENT. 110

Olivia Evangelista de Almeida Fernandes

ASSINATURA DO DIRETOR

VALE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO: 002.061.545 DATA DE EXPEDIÇÃO: 24/01/2016

NOME: OLIVIA EVANGELISTA DE ALMEIDA FERNANDES

PLAÇA: FRANCISCO CARMELO DE OLIVEIRA OLIVEIRA EVANGELISTA DE ALMEIDA OLIVEIRA

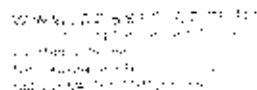
NACIONALIDADE: MOÇAMBIQUESA DATA DE NASCIMENTO: 07/04/1994

DOC. CRIMINAL: CERT. DE CASAMENTO Nº 002.061.545-002 PROSSOES EM CARTÃO UNICO CARTÃO UNICO

CPF: 701.105.314-13

ASS. NATURA DO DIRETOR

23/01/16



10/2013

16.07

21. 2014年10月1日
 22. 2014年10月1日
 23. 2014年10月1日

Conto Contratto: 7003759061

DATE OF ORDER
CROSS REFERENCE

[illegible]

CDF 192552.24-00

$$G_{\text{eff}} = 2.5 \times 10^{-11} \text{ g cm}^{-2} \text{ s}^{-1} \text{ m}^{-2}$$

$$G_{\text{eff}} = 1.2 \times 10^{-11} \text{ g cm}^{-2} \text{ s}^{-1} \text{ m}^{-2}$$
[illegible]

ATENÇÃO!
A GOVERNINFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO.

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398</
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--------

2. $\mathcal{A} = \mathcal{A}^{\text{reg}} \cup \mathcal{A}^{\text{sing}}$, where \mathcal{A}^{reg} is the set of regular elements and $\mathcal{A}^{\text{sing}}$ is the set of singular elements.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 08-19-2006 BY 60322 UCBAW/SJS/KSP

The second group of variables, the so-called "independent" variables, are the variables that are hypothesized to be related to the dependent variable. These variables are the ones that are being tested in the study. In this case, the independent variables are the variables that are hypothesized to be related to the dependent variable, which is the level of organizational commitment. The independent variables are the variables that are being tested in the study.

Quantity	Weight (kg)	Value (USD)
1000	1000	1000
2000	2000	2000
3000	3000	3000
4000	4000	4000
5000	5000	5000
6000	6000	6000
7000	7000	7000
8000	8000	8000
9000	9000	9000
10000	10000	10000

106-25 00 000000

TOTAL DA FATURA

16.07

TABLE 1					
Summary of the 1997-1998 Survey of the U.S. Marine Mammal Community					
Species	Number of Reports	Number of Sightings	Number of Individuals	Number of Groups	Number of Deaths
Gray Seal	1	1	1	1	0
Black Seal	1	1	1	1	0
Harbor Seal	1	1	1	1	0
Common Noddy	1	1	1	1	0
Red-tailed Tropicbird	1	1	1	1	0
Black Noddy	1	1	1	1	0
White Noddy	1	1	1	1	0
Booby	1	1	1	1	0
Shearwater	1	1	1	1	0
Albatross	1	1	1	1	0
Petrel	1	1	1	1	0
Seagull	1	1	1	1	0
Jaeger	1	1	1	1	0
Osprey	1	1	1	1	0
Golden Eagle	1	1	1	1	0
Red-tailed Hawk	1	1	1	1	0
Sharp-shinned Hawk	1	1	1	1	0
Common Nighthawk	1	1	1	1	0
Lesser Frigatebird	1	1	1	1	0
Great Frigatebird	1	1	1	1	0
Wedge-tailed Shearwater	1	1	1	1	0
Black Leg Kittiwake	1	1	1	1	0
Atlantic Puffin	1	1	1	1	0
Atlantic Booby	1	1	1	1	0
Red-footed Booby	1	1	1	1	0
Masked Booby	1	1	1	1	0
Franklin's Gull	1	1	1	1	0
Ring-billed Gull	1	1	1	1	0
Black-bellied Plover	1	1	1	1	0
Least Tern	1	1	1	1	0
Common Noddy	1	1	1	1	0
Black Noddy	1	1	1	1	0
White Noddy	1	1	1	1	0
Booby	1	1	1	1	0
Shearwater	1	1	1	1	0
Albatross	1	1	1	1	0
Petrel	1	1	1	1	0
Seagull	1	1	1	1	0
Jaeger	1	1	1	1	0
Osprey	1	1	1	1	0
Golden Eagle	1	1	1	1	0
Red-tailed Hawk	1	1	1	1	0
Sharp-shinned Hawk	1	1	1	1	0
Common Nighthawk	1	1	1	1	0
Lesser Frigatebird	1	1	1	1	0
Great Frigatebird	1	1	1	1	0
Wedge-tailed Shearwater	1	1	1	1	0
Black Leg Kittiwake	1	1	1	1	0
Atlantic Puffin	1	1	1	1	0
Atlantic Booby	1	1	1	1	0
Red-footed Booby	1	1			

2015-2016

	195	196
1955	195	196
1956	195	196
1957	195	196
1958	195	196
1959	195	196
1960	195	196
1961	195	196
1962	195	196
1963	195	196
1964	195	196
1965	195	196
1966	195	196
1967	195	196
1968	195	196
1969	195	196
1970	195	196
1971	195	196
1972	195	196
1973	195	196
1974	195	196
1975	195	196
1976	195	196
1977	195	196
1978	195	196
1979	195	196
1980	195	196
1981	195	196
1982	195	196
1983	195	196
1984	195	196
1985	195	196
1986	195	196
1987	195	196
1988	195	196
1989	195	196
1990	195	196
1991	195	196
1992	195	196
1993	195	196
1994	195	196
1995	195	196
1996	195	196
1997	195	196
1998	195	196
1999	195	196
2000	195	196
2001	195	196
2002	195	196
2003	195	196
2004	195	196
2005	195	196
2006	195	196
2007	195	196
2008	195	196
2009	195	196
2010	195	196
2011	195	196
2012	195	196
2013	195	196
2014	195	196
2015	195	196
2016	195	196
2017	195	196
2018	195	196
2019	195	196
2020	195	196
2021	195	196
2022	195	196
2023	195	196
2024	195	196
2025	195	196
2026	195	196
2027	195	196
2028	195	196
2029	195	196
2030	195	196
2031	195	196
2032	195	196
2033	195	196
2034	195	196
2035	195	196
2036	195	196
2037	195	196
2038	195	196
2039	195	196
2040	195	196
2041	195	196
2042	195	196
2043	195	196
2044	195	196
2045	195	196
2046	195	196
2047	195	196
2048	195	196
2049	195	196
2050	195	196
2051	195	196
2052	195	196
2053	195	196
2054	195	196
2055	195	196
2056	195	196
2057	195	196
2058	195	196
2059	195	196
2060	195	196
2061	195	196
2062	195	196
2063	195	196
2064	195	196
2065	195	196
2066	195	196
2067	195	196
2068	195	196
2069	195	196
2070	195	1

12385090002308 160700380078 003759361206 000004865836



12/2013

0673506

2018年12月

5353

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CIVEL DA
COMARCA DE AREIA BRANCA-RN

Processo: 0102023-90.2013.8.20.0113


SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA, devidamente qualificada nos autos acima epigrafados, que lhe promove **CLEILTON EVANGELISTA DE OLIVEIRA** por meio de seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente a presença de V. Exa, requerer a juntada da guia de pagamento de acordo

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de cumprimento da obrigação, arquivamento do feito e sua baixa no distribuidor.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Areia Branca, 08 de julho 2016


Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718



DJO - Depósito Judicial Ouro

			Nº DA CONTA JUDICIAL 1900108293348	
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 07-07-2016	AGÊNCIA (PREF/DV) 3795-8	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 07-07-2016	Nº DA GUIA 10935662	NUMERO DO PROCESSO 01020239020138200113		TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA AREIA BRANCA		ORGÃO/VARA VARA CIVEL AREIA BRANCA	DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 7.425,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER			TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 09.248.608/0001-
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE CLEILTON EVANGELISTA DE OLIVEIRA			TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 007.848.024-83
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 6847749AFFE493D4				

